

Do sonho à devastação, onde tudo se (re)constrói: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri- CE

Judson Jorge da Silva

Mestrando em Geografia UFC.

Endereço postal: Rua Vereador José Rodrigues, 305, Pirajá, Cep: 63030-110, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

Endereço eletrônico: judsonjorge@yahoo.com.br

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Professor dos Cursos de Mestrado em Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, e de Graduação em Geografia da UFC.

Endereço Postal: Manuel Jesuíno, 945, apto. 404, Bairro Varjota, Fortaleza – CE; CEP: 60.175-270

Endereço eletrônico: famaro@ufc.br

Resumo

Esse artigo pretende discutir sobre as formas das lutas pela terra construídas pelos camponeses do assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato, região do Cariri. Nosso trabalho mostra como a história da comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destruída pelo Governo do Estado do Ceará em 1936, funciona como uma luta de referência que, ao ser rememorado em 1991 por camponeses organizados, criou um fato político que deu origem aos processos de conquista e territorialização do primeiro assentamento rural da região sul do Ceará.

Palavras-chave: Caldeirão; Assentamento 10 de Abril; Lutas de referência; Espacialização; Territorialização

Abstract

From the dream to the devastation, where everything re(builds): Experiences and Memories in the conflict for Land of the Cariri-Ce Region

This article intends to discuss the ways in which the struggle for land and agrarian reform was built by farmers of the settlement 10 de Abril, located in the municipality of Crato, southern Ceará. The work shows how the history of the community of Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destroyed by Ceará State Government in 1936, worked as a reference struggle that, when remindful organized in 1991 by farmers, has created a political fact which led the processes of territorial conquest and the first rural settlement of the region.

Keywords: Caldeirão; 10 de Abril Settlement; Reference Struggles; Espacialization; Territorialization.

Resumem

Del sueño a la devastação, donde todo se (re)construye: Experiencias y Memorias en las Luchas por Tierra de la Región del Cariri-Ce

Ese artículo pretende discutir sobre las maneras por las cuales la lucha por la tierra y por la reforma agraria fue construida por campesinos del asentamiento 10 de Abril, localizado en el municipio de Crato, región del Cariri. Nuestro trabajo muestra como la historia de la comunidad del Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destruída por el Gobierno del Estado del Ceará en 1936, funcionó como una lucha de referencia que, al ser rememorado en 1991 por campesinos organizados, creó un hecho político que dio origen a los procesos de conquista y territorialización del primer asentamiento rural de la región sur del Ceará.

Palabras-clave: Caldeirão; Asentamiento 10 de Abril; Luchas de referencia; Espacialización; Territorialización

Introdução

A estrutura fundiária brasileira guarda em suas raízes características herdadas do processo histórico de ocupação e colonização. Entre essas características citamos o alto grau de concentração de suas terras, fruto de mais de 500 anos de apropriação desigual do solo nacional, sempre privilegiando minorias, em detrimento dos interesses públicos da maioria ou da coletividade.

Essa concentração tem o seu início possibilitado com a aplicação da Lei das Sesmarias e constituiu-se na base de origem de vários latifúndios espalhados pelo país. Segundo Ramalho (1998), datam também desse período os primeiros casos de violência, expropriação e subjugação realizadas no campo brasileiro “tendo os povos indígenas como as vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram, escravizando-os e dizimando-os” (RAMALHO, 1998, p.60).

Já a Lei de Terras de 1850 serviu para garantir o status de propriedade privada da terra. Por essa lei instituiu-se juridicamente a mediação do mercado no ato da aquisição das terras nacionais. Essa medida contribuiu para dificultar o acesso à terra aos diversos setores dos povos do campo, sobretudo das camadas pobres.

A respeito da Lei de Terras de 1850, Graziano da Silva (1989, p. 26) afirma que:

Significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo criava as condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial.

Ao estabelecermos uma relação de influência entre a estrutura fundiária e a produção do espaço geográfico brasileiro com seus diferentes territórios, torna-se indispensável entender o processo histórico de formação dessa estrutura, para que assim seja possível identificar quais as causas dessa concentração e, o mais importante, que consequências ela traz para o desenvolvimento do País. Desenvolvimento entendido aqui como algo que atenda as necessidades elementares do cotidiano das pessoas comuns.

Nesse sentido, Andrade (1995, p. 77-78) nos esclarece que

Para que se alcance uma objetividade, dentro de uma visão totalizadora, necessária se faz uma reflexão histórica, de vez que o presente é plasmado

em um passado que continua presente e se projeta para o futuro; qualquer análise não pode ser feita como uma espécie de instantâneo do que está marcado na paisagem e nas relações sociais, porque a origem da paisagem atual e das relações existentes vem se processando lentamente, através dos tempos, e apresenta as tendências e as indicações das projeções futuras. Assim, a cronologia, com a sucessão do passado, presente e futuro, é apenas formal, estando, dialeticamente, o futuro no passado e o passado sendo preservado no futuro. Daí a necessidade de se analisar a questão agrária no Brasil e a problemática a ser corrigida e modificada, levando-se em conta a formação social que lhe deu origem, sabendo-se que todas as soluções não são definitivas, elas visam a atingir metas que, antes de se efetivarem, já necessitam de reformulação.

Esse histórico processo de má distribuição fundiária provocou o surgimento de um significativo contingente de explorados e expropriados da terra, obrigando os trabalhadores do campo a buscar formas de organizações capazes de recriar as condições para que pudessem se perpetuar enquanto classe social, garantindo a sua reprodução material, a preservação dos seus interesses, das suas manifestações culturais e da dignidade, obtidos por meio do seu trabalho e do conviver na terra, segundo o modo camponês de produção.

Dessa forma, explica-se a existência de diversos movimentos sociais de resistência, de luta contra a opressão ou de reivindicação de direitos, como o movimento dos indígenas e quilombolas em suas manifestações do passado e do presente, o dos messiânicos como Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916), o do cangaço, o da organização dos trabalhadores rurais em Ligas camponesas a partir dos anos de 1950, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre outros, que lutam para (re)conquistar os territórios para que o campesinato possa se (re)estruturar, a partir da criação desses movimentos, que são o símbolo da resistência dos camponeses que lutam para se inserir numa estrutura fundiária desigual que se arrasta no Brasil desde o século XVI.

Conforme Silva (2004, p.12),

Nos últimos anos, o movimento de luta pela terra tem intensificado bastante em várias regiões do país. Atualmente, mais de 35 movimentos estão envolvidos com a questão da luta pela terra. Além dos movimentos organizados, há registros de ações independentes, sem ligação com qualquer movimento. Por outro lado, há também várias organizações urbanas, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que patrocinam ações de trabalhadores rurais em várias regiões do país. Este é um dado importante para a compreensão da questão agrária, não somente como uma questão isolada, porém em relação estreita com o mundo urbano. No tocante ao movimento mais expressivo – o MST –, sua fundação data de 1984.

As manifestações e os resultados dessas lutas podem ser observados em todo o território nacional, inclusive no Estado do Ceará. Assim, procuramos nesta pesquisa compreender a criação desse tipo de movimento e a sua importância no processo de conquista da terra na região do Vale do Cariri.

No Ceará, a história da comunidade do Caldeirão se destaca pela luta e resistência dos seus participantes, e em razão do *modus vivendi* adotado, constituído por uma experiência de coletivismo, que garantiu durante dez anos a qualidade de vida dos seus moradores, até ser destruída pelo Governo Estadual no ano de 1936.

Compreendemos o Caldeirão enquanto forma de luta isolada, que serviu como base na criação de um processo de espacialização da experiência de luta pela terra permeada pela fé, ocorrido na região do Cariri cearense. Por ter permanecido vivo na mente dos camponeses, apesar da tentativa do Estado de ocultar os fatos, essa experiência adquiriu a condição de luta de referência, sendo utilizada por integrantes do MST, MSTTR, e

da CPT, no ano de 1991, para articular os trabalhadores sem terra da região a fim de ocuparem o antigo imóvel Caldeirão que se encontrava ocioso desde o ano da destruição daquela comunidade, há 55 anos.

Pela história do Caldeirão foram reconstruídas as experiências dos sujeitos sociais, pois após muitas caminhadas e recaídas aconteceu a conquista do Assentamento Dez de Abril, resultado da materialização de um movimento histórico social iniciado na década de 1920, que deve ser considerado como um processo de territorialização da luta pela terra no Cariri. Apesar de possuírem histórias diferentes, fragmentos de memória do tempo e do espaço, procuramos compreender as duas comunidades a partir de sua procura pela conquista de um território para produzir, longe da opressão e exploração, e na busca de um desenvolvimento social justo, capaz de assegurar aos camponeses o exercício da cidadania. Daí a razão do nosso interesse em conhecer e discutir esse tema. De acordo com Fernandes (2001, p.285), uma classe não consegue se realizar no território de outra classe, motivo pelo qual afirma que:

Os territórios do agronegócio e os territórios campesinos e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios.

Atentos ao significado da conquista dos territórios rurais pelos camponeses, buscamos compreender as estruturas sociais, políticas, econômicas e religiosas nas quais estão inseridas essas duas comunidades, de modo a entender a construção desse movimento na Região do Cariri.

Por essa razão desenvolvemos esse pequeno texto em que refletimos sobre essas comunidades, bem como sobre o papel das lutas de referência como agentes que podem impulsionar os processos de espacialização e territorialização de movimentos sociais que lutam pela terra e pelos assentamentos rurais, entre outros objetivos, utilizando o processo em torno da conquista do Assentamento 10 de Abril como objeto central da análise.

Para o desenvolvimento deste trabalho realizamos um breve levantamento bibliográfico sobre a comunidade do Caldeirão, documentários em vídeo, literatura de cordel, e levantamento cartográfico da área. Além do trabalho de análise desses materiais, participamos como ouvintes de algumas atividades da comunidade, visando ter uma aproximação com o empírico.

Aprendendo com o passado: A experiência do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é destaque agrário na história cearense por suas características peculiares de organização, pois nesse local surgiu uma comunidade que muitos autores atribuem como sendo da categoria de movimento messiânico, em virtude da prática religiosa de seus membros constituir uma de suas características mais marcantes. Para Cordeiro (2004) e Maia (1987), o Caldeirão era uma comunidade camponesa, com uma estrutura social voltada para a prática do trabalho em um sistema de produção e distribuição dos resultados, que tinha na oração um fator de aglutinação do grupo.

A comunidade do Caldeirão não vivia apenas para o trabalho: a vida religiosa era da maior importância. Entretanto o trabalho dependia da

religião, não havendo predominância da religião sobre o trabalho e vice-versa (MAIA, 1987, p. 135).

Portanto, são com essas premissas que as reflexões sobre o Caldeirão devem ser buscadas. História que se inicia em meados de 1926, quando na comunidade do Caldeirão, localizada no município do Crato, região sul do Estado do Ceará, se estabeleceram camponeses em terras que foram confiadas pelo Padre Cícero ao Beato José Lourenço, líder religioso e comunitário, um dos responsáveis pela criação da comunidade que prosperou em função do seu modo de trabalho, que se contrapunha ao trabalho individual e ao coronelismo nordestino.

José Lourenço nasceu provavelmente em 1870, no município de Pilões de Dentro, Estado da Paraíba. Jovem, saiu de casa para trabalhar nas fazendas de gado, no trato dos animais. “Ao retornar para casa, após anos de ausência, soube que seus pais haviam mudado para Juazeiro do Norte, no Ceará – lugar que se tornara um polo de atração devido à fama do Padre Cícero” (ARAÚJO, 2005, p. 39).

À época, o município de Juazeiro do Norte passava por um acelerado processo de crescimento populacional motivado pelo suposto milagre da transformação da hóstia em sangue durante as comunhões ministradas pelo Padre Cícero à Beata Maria de Araújo. Tal fato atraía cada vez mais romeiros de diferentes Estados. Em sua maior parte, os romeiros eram formados por trabalhadores do campo, que buscavam, pela religião, amenizar seus sofrimentos causados pela difícil vida camponesa, quer fosse pela seca, quer fosse pela expropriação e exploração nos grandes latifúndios do nordeste brasileiro. Ao chegar a Juazeiro do Norte, José Lourenço encontrou sua família, estabeleceu-se no município e conquistou, em virtude de sua religiosidade e liderança, o respeito do Padre Cícero.

De acordo com Cordeiro (2004), José Lourenço, por ser seguidor do Padre Cícero, tornou-se beato. Entre as características comuns dos beatos estariam a prática de penitências, da caridade, da castidade e – por desprezarem os bens materiais – da mendicância. Porém, José Lourenço não era um beato comum. Celibatário e casto, despertava entusiasmo nos companheiros de práticas religiosas e sobrevivia do seu próprio trabalho, cujo produto dividia com os pobres. Moldava-se aí a imagem do líder que seria.



Beato José Lourenço carregando a Santa Cruz do Deserto
Foto: Luis Maia, 10 de Maio de 1937.

Entre os anos de 1894 e 1895, José Lourenço, junto com sua família e alguns romeiros, passou a morar no Sítio Baixa Danta, no município do Crato, que havia sido arrendado ao Coronel João de Brito. Essa foi a primeira experiência de organização e produção agrícola liderada por José Lourenço na Região do Cariri Cearense. No sítio, a produção era diversificada:

Foram plantados em ordem de alguns milhares de laranjeiras, magueiras, jaqueiras, limeiras, coqueiros, limoeiros, bananeiras e cafeeiros, ao lado de uma bem-cuidada cultura de algodão, cereais e outras diferentes qualidades de plantas hortaliças. (Figueiredo, José. História do Cariri, 1964, Apud Maia, 1992, p. 13).

A partir de depoimentos colhidos com os “remanescentes” do Caldeirão, Cordeiro (2004), aponta que foi o Pe. Cícero quem aconselhou o Beato a arrendar as terras do Baixa Danta e a estabelecer-se lá com sua família, passando a receber, continuamente, trabalhadores rurais – romeiros, enviados pelo padre, que chegavam em grande número ao povoado de Juazeiro do Norte que se encontrava em acelerada expansão.

Em 1926, após 30 anos de trabalho nas terras, o sítio foi vendido, sendo o Beato e seus seguidores desapropriados sem qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade. Após a saída do sítio Baixa Danta, José Lourenço e os camponeses foram enviados pelo Padre Cícero para um sítio de sua propriedade no sopé da Chapada do Araripe, conhecido como Caldeirão. O nome da propriedade é proveniente das formas geológicas denominadas de Caldeirão, que são escavações realizadas pela força das águas nas rochas, ocasionando a dissecação do relevo e formando espécies de reservatórios naturais que acumulavam água inclusive nos tempos de estiagem, favorecendo a agricultura no local.



Caldeirão no período de estiagem
Foto produzida pela pesquisa, 2008.



Caldeirão no período das chuvas
Foto: Judson Jorge, 2004.

De acordo com Cordeiro (2004, p. 43),

Dentre todos os espaços organizados por José Lourenço, o de maior visibilidade perante os “contemporâneos” e “remanescentes” é o Caldeirão. O Caldeirão foi uma “comunidade” camponesa, que existiu durante 10 anos, onde habitaram aproximadamente 1.700 pessoas.

O início dos trabalhos no Caldeirão em 1926 não foi tarefa fácil. A terra teve que ser desmatada para só depois ser plantada. As casas tiveram que ser construídas, pois não havia a mínima estrutura de moradia para as famílias expropriadas do Baixa Danta. Conforme Maia (1987, p.15):

No início, teriam que sobreviver com as reservas que traziam de Baixa Danta. O Beato não recebeu indenização pelas benfeitorias feitas na terra

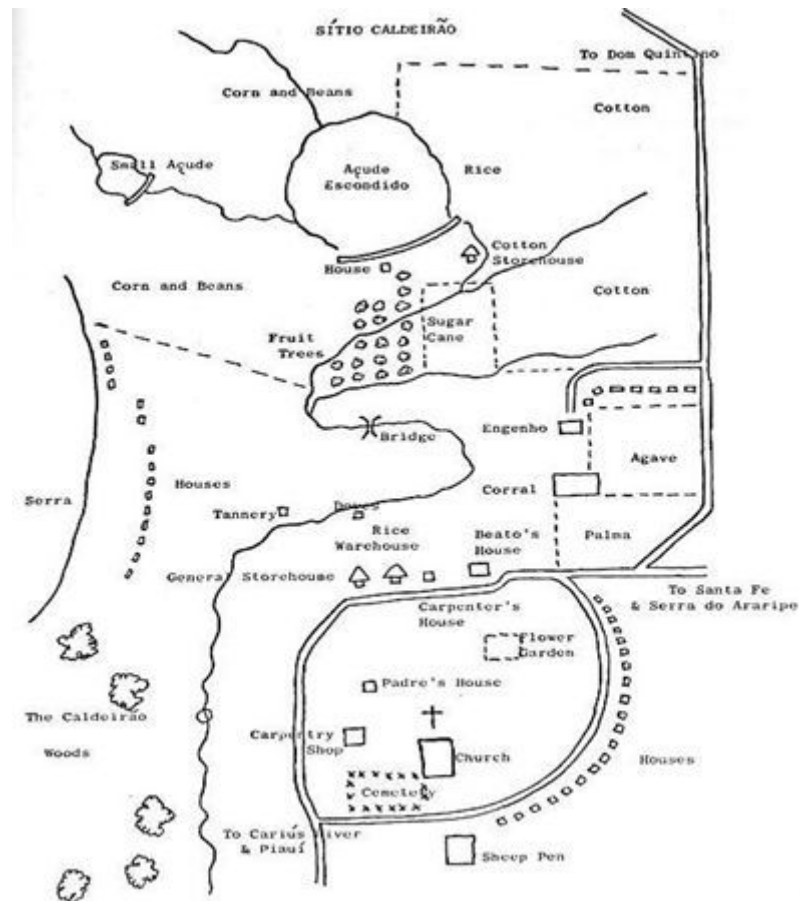
como: pomares, plantação de algodão, construção de casas, currais, mas tinha ele suas reservas feitas das colheitas tidas anteriormente, além de seus animais de carga, montaria, gado vacum e outros animais menores, e as sementes para a plantação das novas roças que seriam semeadas antes do próximo inverno.

Cabe destacar o fato de que apesar de não ter recebido nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas no Sítio Baixa Danta, a comunidade possuía alguns animais e sementes para plantar na nova moradia. Para um camponês que vivia na condição de morador de favor nas fazendas da região, cultivando pequenas porções de terra apenas com o auxílio familiar, essas seriam posses completamente impossíveis de se obter, já que, geralmente, as suas condições de trabalho eram (e ainda são) as piores possíveis, devido à baixa qualidade das terras da parte da fazenda que lhes são permitidas explorar e a certas restrições que lhes são impostas, como a proibição da criação de animais mesmo que de pequeno porte. Nesse sistema eles não conseguiriam adquirir um nível de autossuficiência como conseguiram as famílias do sítio Baixa Danta e, posteriormente, conseguiu de forma ainda mais intensa a comunidade do Caldeirão. Esses são alguns dos indícios concretos de que os trabalhos realizados em regime coletivo e organizados podem fazer a diferença entre o desenvolvimento de uma comunidade de camponeses ou que a carência desse procedimento pode levar à estagnação e até mesmo ao desestímulo quando o mesmo não ocorre, predominando o individualismo como método de trabalho utilizado.

Conforme Maia (1987), a comunidade ao se organizar montou um sistema de produção e distribuição de bens básicos, capazes de assegurar a manutenção de seus membros, garantindo-lhes alimento para o corpo e para o “espírito”, moradia, terra e meios para cultivá-la. Tratava-se de um sistema comunitário, embora não tivesse base em nenhuma teoria política ou modelo de comunismo. A experiência desenvolvida no Baixa Danta já havia apontado para a importância de se trabalhar de maneira cooperada.

Podemos compreender então que a forma de produção agrícola do Caldeirão era uma forma deveras revolucionária dentro das condições sociais do Brasil e particularmente do Nordeste. Não era apenas uma forma de produção onde existiam associações cooperativistas. Era um sistema cooperativista dentro do próprio grupo, o que vale dizer que já praticavam um sistema socialista mesmo sem conhecer as formas já existentes no mundo, tanto práticas como teóricas (MAIA, 1987, p.121).

Trabalhando nesse sistema, o Caldeirão atingiu sua autossuficiência, produzindo desde as suas roupas, que eram confeccionadas em teares manuais, em que era utilizada como matéria-prima o algodão cultivado no imóvel, até as ferramentas de trabalho, além de sabão, panelas, baldes, artefatos de couro, enfim tudo de que precisavam. Fortaleceram, via métodos artesanais, uma espécie de “indústria” que visava suprir as necessidades internas da comunidade. Existiam no imóvel diversas oficinas, cada uma especializada em um ramo, como a funilaria, a carpintaria, o curtume, a ferramentaria, além de casas de farinha e engenhos utilizados no beneficiamento da produção. Observe a figura abaixo:



Fonte: ANDERSON, 1970, p. 88.

Maia (1987) afirma que fabricando tudo de que necessitava, o Caldeirão se tornava uma comunidade autônoma, necessitando minimamente recorrer ao comércio das cidades vizinhas para comprar aquilo que consumiam e utilizavam cotidianamente. Quando recorriam ao comércio era para comprar querosene para iluminação ou remédios para a população.

A grande seca do Nordeste em 1932 comprovou o nível de autonomia e autossustentação conquistado pela comunidade do Caldeirão. Enquanto o Governo do Ceará instalou em vários de seus municípios campos de concentração na tentativa de impedir que os flagelados migrassem para a capital, como havia ocorrido na seca de 1915, o Caldeirão oferecia assistência para uma multidão de pessoas que recorria à sua caridade, praticada em virtude dos princípios cristãos que defendia e que era pregado pela igreja católica, a qual seguia mesmo a comunidade tendo sido posta à margem dos cuidados e serviços prestados pela mesma durante todo o seu período de existência.

De acordo com Araújo (2005, p. 40),

Constantes do semiárido nordestino, duas grandes estiagens forçaram o sertanejo a migrar para o litoral nas primeiras décadas do século passado. Para controlar a 'invasão de flagelados' na de 1915, o governo do Ceará construiu o Campo de Refugiados do Alagadiço, onde uma epidemia de varíola matou boa parte dos reclusos. Em 1932, com a intenção de manter os retirantes longe de Fortaleza, os órgãos públicos intensificaram as medidas de contenção. Assim, ergueram sete campos de concentração – ou 'currais', na língua popular distribuídos pelas linhas férreas do estado. Enquanto os dois campos próximos da capital reuniram cerca de 5,5 mil pessoas, o de Buriti, no Crato, que tinha capacidade para no máximo 5 mil, aglutinou por volta de 18 mil.

Tais fatos ratificam o tratamento prestado pelo Governo do Ceará aos camponeses, que eram aprisionados, sem que pudessem sequer buscar alternativas de sobrevivência. Segundo a historiadora Rosangela Martins, em entrevista concedida a Araújo (2005), durante a seca de 1932 os refugiados do Buriti foram vigiados rigorosamente por sentinelas. Havia ali até mesmo uma prisão interna para os desobedientes.

De acordo com Cordeiro (2004, p.44),

no campo, a única comida disponibilizada era farinha de mandioca e de baixa qualidade. A maioria dos retirantes, que lá era confinada desnutrida, adoecia com indigestão, empanzinada pela farinha. Sem higiene, pesteadada e abandonada, morria e era enterrada em valas comuns.

Enquanto isso, dentro desse contexto de escassez e mortandade, a estrutura coletiva ou comunitária do Caldeirão garantia a segurança alimentar de seus moradores e oferecia guarida para uma multidão de 500 pessoas que recorria ao seu auxílio. Lá estavam garantidas “alimentação suficiente, água, moradia, remédios, trabalho para quem quisesse ficar e amparo espiritual. Isto fez com que, após a seca, sua população tivesse aumentado constantemente (CORDEIRO, 2004, p. 44-45).

A igualdade social e econômica praticada no Caldeirão chamou a atenção de inúmeros camponeses que lá se refugiavam, deixando para trás as condições de expropriação e subordinação as quais eram submetidos nos latifúndios da região. A evasão dos trabalhadores para as terras do Caldeirão despertou a ira dos coroneis da oligarquia fundiária do Cariri, que se sentiu ameaçada e passou a difamar a comunidade, divulgando tratar-se de um movimento de fanáticos religiosos, com aspirações comunistas e com pretensões de transformar-se em uma nova Canudos.

Presumiam e temiam os coroneis que outros camponeses seguissem o exemplo do Caldeirão, fundando outras comunidades com o mesmo princípio de organização, fato que colocaria em risco a estrutura fundiária e, conseqüentemente, a política dos coroneis da região e do próprio Estado.

Como nos lembra Martins (1983, p. 141):

O capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar para um patrão. Para que isso ocorra é necessário que os trabalhadores tenham como única propriedade a propriedade de sua força de trabalho [...]. Se o trabalhador fosse proprietário dos instrumentos de trabalho, não precisaria assalariar-se, trabalhar para outra pessoa.

Temiam também os coroneis que o Caldeirão crescesse em importância política na mesma proporção da cidade de Juazeiro do Norte, tentada a todo custo ser suprimida pelo governo cearense, mas sem êxito. Na guerra que se travou no ano de 1914 e que entrou para a história cearense como a Sedição de Juazeiro, os chamados “fanáticos” derrotaram as tropas militares do Estado e depuseram o então Governador Franco Rabelo, para defender a terra da “Mãe das Dores”.

Iniciou-se a partir daí uma intensa campanha na imprensa do Ceará contra a figura do Beato José Lourenço e contra essa comunidade, mas nenhuma medida mais dura era tomada, pois não interessava ao Estado confrontar-se diretamente com o Caldeirão, sabendo da ligação mantida com o Padre Cícero. Porém, com a morte do sacerdote no ano de 1934, as terras do Caldeirão passaram a pertencer à ordem dos padres Salesianos, já que essa foi a vontade expressa pelo Padre em seu testamento.

A partir de então, a comunidade começou a pagar os foros para que seus habitantes pudessem permanecer nas terras, até que em 1936 o representante jurídico da ordem dos salesianos solicitou a reintegração de posse da propriedade, mesmo o Beato tendo manifestado o interesse em comprá-la. Junto com o pedido de reintegração de posses, o Deputado e procurador dos padres salesianos, Norões Milfont, também iniciou um procedimento de difamação da comunidade junto ao governador do Estado do Ceará, Meneses Pimentel.

No mesmo ano, a cidade de Fortaleza sediou uma reunião de representantes de seis instituições: diocese do Crato, ordem dos padres salesianos, Liga Eleitoral Católica, polícia política (Deops), polícia militar e governo do Ceará. Os representantes ouviram relatos do Capitão José Bezerra, da polícia militar, que, em busca de um pretexto para a invasão havia espionado a comunidade para ver se ali havia armas. O oficial não as encontrou, mas disse que as forças públicas precisavam agir 'com rapidez fulminante, para evitar a possibilidade de uma reação premeditada', pois havia muita gente no arraial. (ARAÚJO, 2005, p. 41).

Na reunião decidiu-se pela dissolução da comunidade. Dois ataques militares deram fim ao sonho dos camponeses do Caldeirão. O primeiro deles ocorreu no dia 10 de setembro de 1936. Conforme as histórias contadas pelos remanescentes, a humilhação e os maus-tratos perpetrados pelas tropas contra os camponeses foram inúmeros. Nessa ocasião, vários bens da comunidade foram saqueados, animais foram soltos nas plantações, paiois de algodão e mais de 400 casas foram queimadas. O Beato, avisado com antecedência do ataque, refugiou-se na mata, onde posteriormente voltou a reunir-se com os membros da comunidade, passando a viver como clandestinos na localidade da Mata dos Cavalos até que pudessem retornar para o Caldeirão.



Moradores do Caldeirão aprisionados pela polícia em 1936.

Fonte: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto – Apontamentos para a História (2007)

Decidido a vingar a comunidade, um grupo de moradores liderado por Severino Tavares preparou uma emboscada contra o Capitão José Bezerra, que havia comandado as tropas no primeiro ataque. Severino era responsável pela negociação de parte dos excedentes produzidos na comunidade e já havia sido preso e levado para a cadeia de Fortaleza acusado de ser um líder comunista, pois em suas viagens fazia proselitismo sobre o Caldeirão. De acordo com Maia (1987) após ser solto pela polícia, Severino voltou a juntar-se ao grupo, quando teria arquitetado a cilada. Espalharam o boato de que alguns membros do Caldeirão pretendiam atacar uma fazenda vizinha e posteriormente atacar a cidade do Crato. A comunidade enviou, então, a Juazeiro do Norte, o camponês Sebastião Marinho, membro do Caldeirão, para convencer o Capitão Bezerra de que pretendia um entendimento. No dia 9 de maio de 1937, o capitão Bezerra resolveu fazer uma investigação no local, tendo como guia Sebastião Marinho. Para tanto, reuniu um destacamento com 18 praças, entre os quais se encontravam seu filho e seu genro.

O Capitão José Bezerra partiu com seus homens num caminhão que ficou no Cruzeiro, sítio de Benedito Teles. O caminhão ficou com o motorista e

quatro praças, e ele seguiu com o restante. [...] Quando o guia gritou que haviam chegado, pulou para dentro do mato e sumiu. Nesse momento entraram num capão de mato e foram atacados. As armas usadas pelos homens do Caldeirão eram foices e cacetetes. Com um violento golpe de foice foi morto o capitão José Bezerra. Somente escaparam os sargentos Jaime e Brasileiro, que se arrastaram por uns duzentos metros até o caminhão (MAIA, 1992, p.41).

Entre os homens do Caldeirão, cinco perderam a vida, inclusive Severino Tavares, autor do plano. Dois dias após a emboscada que culminou com a morte do renomado capitão Bezerra, veterano chefe de volante na perseguição de cangaceiros, teve início um grande esquema para aniquilar definitivamente a comunidade.

No dia 11 de maio, foi mandado o tenente Assis Pereira, com 30 homens, para o Juazeiro. O Governo do Estado preparava a 1ª Companhia do 1º BC da Força Pública para deixar Fortaleza nos trens da RVC, sob o comando do 1º tenente Abelardo Rodrigues. O Chefe da Polícia partiu no mesmo dia de avião para o Cariri. Os aviões eram constituídos de Paraíba, Chaco e C38 sob o comando do Capitão José Macedo. Levavam, além dos comandantes, três FM e munição (MAIA, 1992, p.42).

Os aviões realizaram voos rasantes sobre a localidade de Mata dos Cavalos, onde estavam refugiados os moradores expulsos do Caldeirão. Comandados pelo Capitão José Macedo, esses aviões inspecionavam a área, disparando rajadas de metralhadoras e lançando granadas no meio da multidão de camponeses que não tinham como se defender. O ataque por terra foi realizado por 200 soldados que adentraram nas matas empunhando armas à procura dos camponeses que fugiam desesperados dos tiros e dos artefatos explosivos lançados dos aviões. Segundo dados oficiais da polícia, 200 pessoas morreram durante a ação, porém fontes não oficiais apontam para um número de aproximadamente 700 vítimas fatais entre homens, mulheres e crianças.

Por tudo o que representou, mesmo após mais de meio século de sua destruição por tropas militares, o Caldeirão foi tomado como modelo a ser seguido por outros camponeses da região do Cariri cearense, que após articulados pelo STTR, CPT e MST, ocuparam suas terras reivindicando sua desapropriação. Deu-se aí a utilização da história e da memória para a formação de novos sujeitos sociais, o passado passava a ter um ressignificado no presente. Foi utilizado na formação da identidade Sem Terra, para a recriação do campesinato.

Nesse sentido, Martins (1983, p.16) nos esclarece que

O camponês não é uma figura do *passado*, mas uma figura do *presente* da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse 'passado' só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse 'passado' é uma arma de luta do presente. Esse 'passado' só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente 'no futuro', na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação.

Pelo exposto, buscamos compreender até que ponto a experiência do Caldeirão funcionou como um processo de espacialização da luta pela terra, já que podemos enquadrá-la como uma luta de referência. Compreendemos lutas de referência como aquelas que, de algum modo, chegaram ao conhecimento dos camponeses, seja por meio

da oralidade, da escrita, de documentos ou mesmo pela participação direta dos camponeses no desenrolar dessas lutas, capazes de impulsionar o surgimento de novas lutas.

A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta a partir de suas experiências (FERNANDES, 2001, p. 54).

Ainda de acordo com Fernandes (1996), a espacialização é um processo de expansão das experiências de luta pela terra. Por sua vez, essas experiências se configuram como base para o processo de conquista e de construção de um espaço social que será o resultado das relações entre as classes e o lugar. Quando ocorre a conquista de uma fração do território por parte dos trabalhadores rurais, há a criação de um novo espaço social, permeado do sentido da luta travada para se obter a terra. A conquista e a produção desse espaço é que configura a territorialização da luta, ou seja, a materialização dos esforços para consegui-la.

Os camponeses que ocuparam o Caldeirão em 1991 reivindicavam as terras como que lhes sendo de direito não somente por serem descendentes direto dos antigos camponeses da época do Beato José Lourenço, mas por se identificarem com a luta por terra e por serem camponeses que também haviam sido expropriados e que desejavam retornar para o trabalho com a terra. Sendo o Caldeirão um território que historicamente havia pertencido a uma comunidade camponesa e que se encontrava agora abandonado, desejavam (re)conquistá-lo.

Para Eric Hobsbawm, essa espécie de ocupação se enquadraria no tipo de “recuperação ou terras de reconquistas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas” (FERNANDES, 2001, p.63).

Essa não seria uma situação isolada, conforme Martins (1993). Existem diversos casos de comunidades que têm se afirmado como descendentes dos povos de antigas aldeias indígenas e de quilombos, para dessa forma conseguirem reaver porções do território antes ocupadas por esses povos.

A reocupação do Caldeirão ocorreu no dia 10 de Abril e dela participaram 96 famílias que durante 15 dias permaneceram acampadas na fé e na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. A ocupação do Caldeirão tinha como objetivo maior criar um fato político que pudesse repercutir para que, dessa forma, o Governo Federal e o do Ceará apresentassem uma solução para o problema dos camponeses que não possuíam terra.



Ocupação da Fazenda Caldeirão por integrantes do MST – Abril de 1991
Foto: Roberta Piancó, Professora do Departamento de Geociência da URCA.

De acordo com Fernandes (2001, p. 52 e 53),

... a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumenta o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou o interesse da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e a reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

Com a recusa do antigo proprietário das terras em vendê-las para o Estado do Ceará, amparado por uma liminar de reintegração de posse, as famílias foram obrigadas a deixar o Caldeirão sob a ameaça de serem expulsas à força pela tropa de choque. Após intensas negociações, os camponeses decidiram que as famílias iriam permanecer acampadas no Parque de Exposições Agropecuárias Pedro Felício Cavalcante, na cidade do Crato, até que fossem assentadas. A escolha pela área do acampamento foi estratégica, uma vez que se trata de um importante espaço para toda a região por ser a sede de um dos maiores eventos agropecuários do Estado do Ceará, onde anualmente os negócios movimentam milhões, sendo também um ponto de convergência da população, tanto das cidades circunvizinhas, como de vários outros Estados. Para se ter uma noção da importância econômica da Exposição Centro-Nordestina de Animais e Derivados (Expocrato), de acordo com o jornal *O Povo* de 21 de julho de 2008, a 57ª edição desse evento foi incluído no circuito nacional de leilões de melhores raças, e só o faturamento de três desses leilões chegou a R\$ 1,3 milhão, recorde da feira. Ainda conforme o jornal, calcula-se que o volume de negócios tenha ultrapassado os R\$ 50 milhões de reais esperados pelo Comitê Gestor da feira e pelo Governo do Estado do Ceará.

De acordo com Fernandes (2001, p. 54),

As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras.

Pressionado por essa situação, o então Governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes (1991-1994), desapropriou duas fazendas vizinhas ao Caldeirão, entregando a posse das Fazendas Gerais e Carnaúba Gerais aos camponeses, que passaram a chamá-la de Assentamento Dez de Abril. Dessa forma, o Assentamento é vinculado jurídica e administrativamente ao Governo do Estado do Ceará por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Ceará – IDACE.

Pode-se dizer, portanto, que o Assentamento Dez de Abril é resultado da conquista da terra pelos camponeses, configurando o início do processo de territorialização da luta pela terra na região do Cariri cearense, e remete sua origem ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, 1926 – 1936.

Antes da ocupação do Caldeirão em 1991, foi realizado “um trabalho de militância na base”, visando discutir sobre a importância do MST. Conforme Araújo (2005), esse tipo de atividade é de informação e formação dos camponeses. Durante a mobilização é transmitida toda uma noção sobre o MST, abordando sua origem, e são dados esclarecimentos sobre trabalho coletivo, associativismo, cooperativismo, reforma agrária. Entre as atividades do Assentamento 10 de Abril, foi exibido o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, produzido pelo cineasta Rosemberg Cariri, que por meio de depoimentos dos sobreviventes e de pessoas ligadas à ação do massacre conta a história da comunidade e de seu modo alternativo de trabalho.

De acordo com Fernandes (2001, p.56):

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito de sua participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar.

A eficácia desse método está no depoimento de D. Teresinha a Albuquerque, que escreveu uma espécie de cartilha para os jovens do Assentamento contando toda a trajetória que levou à conquista do Assentamento 10 de Abril. “Por isso o Caldeirão foi escolhido, (...) terra de luta que deveria ser retomada pra que a luta servisse de exemplo. Era nossa luta, era a continuação da luta. Falar da gente era falar do Caldeirão, do Beato, de sua luta e resistência (ALBUQUERQUE, 2000, p. 8).

Desse processo resultou a formação de uma comunidade atenta à importância do trabalho coletivo e da organização dos assentados para que outras conquistas advindas da luta conjunta dos trabalhadores tragam melhorias para as vidas das famílias assentadas. Dessa forma, os assentados conseguiram a implantação de projetos importantes para o desenvolvimento da nova comunidade, diversificaram a produção e aproveitam melhor a potencialidade do imóvel, já que nessa terra não seria possível sobreviver apenas do cultivo agrícola, pois os solos são rasos e muito acidificados. Assim, o Assentamento 10 de Abril que se organizou em torno do trabalho coletivo, integrando todos no processo de produção, desenvolve as atividades de apicultura, caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada, e pretende implantar um projeto para se trabalhar com piscicultura, aplicando parte do que arrecada na melhoria do assentamento, trazendo benefícios para toda a comunidade.



Área de cultivo coletivo do grupo de mulheres do Assentamento 10 de Abril
Foto: Judson Jorge, 2007.

Porém, mesmo com toda essa diversificação de práticas, os assentados ainda estão longe de cumprirem a meta de alcançar uma renda mensal de três salários mínimos para as famílias, como ficou determinado nas discussões de elaboração do *Plano de Ação* do Assentamento. Apesar disso, a conquista dos projetos estabelece um passo importante na direção desse objetivo, que necessita de um comprometimento maior dos Governos Federal, Estadual e Municipal, garantindo estruturas de apoio para a produção, escoamento e comercialização dos seus produtos, além de melhorias nas áreas de saúde, educação e lazer, que apresentam algumas carências.

Nesse sentido, Alencar (2000, p.38) orienta que as áreas de assentamentos rurais precisam ser vistas e analisadas, dialeticamente, a partir do seu interior, ou seja, de dentro para fora, mas que o inverso também seja realizado: a partir de um olhar de fora para dentro, as áreas devem ser entendidas e trabalhadas como uma unidade empresarial associativa, que necessita de mercado consumidor dos seus produtos para que assim possa se realizar de forma plena, subsistindo e gerando excedente econômico, renda, atingindo a capacidade de crescer e se desenvolver econômica, social e politicamente.

Ainda Refletindo

Consideramos que apesar de ocorrerem em diferentes momentos da história e possuírem características diversas relacionadas aos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, tanto a comunidade do Caldeirão como o Assentamento 10 de Abril são exemplos de um modelo diferenciado de trabalho no campo baseado em princípios cooperativistas, coletivos e comunitários, que se apresentam como uma das formas alternativas ao modelo proposto pelo Estado brasileiro, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital e dos grandes proprietários fundiários, em detrimento do campesinato ou dos povos do campo

Portanto, compreender as estruturas sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais nas quais estão inseridas essas duas comunidades é o início do entendimento desses movimentos e das lutas pela construção de territórios políticos e de um modelo contra hegemônico do camponês. Caldeirão e Dez de Abril, um passado que é presente que precisamos apreender a articular. Estabelecer elos entre o empírico e o teórico para se buscar a construção de novos mecanismos das lutas sociais na esperança de uma *práxis* transformadora.

Bibliografia

ANDERSON, James Charnel. The Caldeirão Moviment: A Case Study In Brazilian Messianism, 1926 -1938. A Dissertation submtted to the Faculty of The Graduate School of Arts and Sciences of The Geoge Washington University in parcial satisfaction of requeriments for the degree of Doctor of Philosophy, 1970.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. Uma história da terra. Crato: mimeografado, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo-Recife: Hucitec – Ipesp, 1995.

ARAÚJO, Garcia de. Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores rurais assentados e cultura política. Natal: Editora da UFRN, 2005.

ARAÚJO, João Mauro. Sopro de Liberdade: A tragédia de uma utopia de igualdade e auto-suficiência. Problemas Brasileiros, São Paulo, n. 370, p. 38-43, jul/ago. 2005.

CARIRY, Rosemberg & HOLANDA, Firmino. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Apontamentos para a História. Fortaleza: Interarte, 2007

CORDEIRO, Domingos Sávio de. Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.

ESTIMATIVA: R\$ 50 milhões em negócios na Expocrato. O Povo online, Fortaleza, 21 de jul. 2008. Disponível em:
< <http://www.opovo.com.br/opovo/ceara/805640.html#>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Formação e Territorialização em São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAIA, Veralúcia Gomes. Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1987.

MAIA, Veralúcia Gomes de Matos. José Lourenço o beato camponês da comunidade do Caldeirão. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. A Chegada do Estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. Ocupação da Fazenda Caldeirão, Assentamento 10 de Abril. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1993. (monografia de especialização).

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os Sem-Terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil. NERA, São Paulo, n. 1, p. 59-72, julho de 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A Luta Pela Terra: Experiência e Memória. São Paulo: UNESP, 2004.